HEINRICH BÖLL STIFTUNG
DIREITOS HUMANOS

O que há de novo nos novos feminismos?

Uma cardio-carto-grafia dos arranjos feministas atuais

Tatiana Oliveira
Publicado pela Fundação Heinrich Böll Brasil

O QUE HÁ DE NOVO NOS NOVOS FEMINISMOS? UMA CARDIO-CARTO-GRAFIA DOS ARRANJOS FEMINISTAS ATUAIS

O que há de novo nos novos feminismos?

Uma cardio-carto-grafia dos arranjos feministas atuais

Tatiana Oliveira

Uma publicação da Fundação Heinrich Böll
Rio de Janeiro, setembro de 2019

O que há de novo nos novos feminismos?
Uma cardio-carto-grafia dos arranjos feministas atuais

Tatiana Oliveira é pesquisadora pós-doutora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ), doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ).

Fundação Heinrich Böll
Rua da Glória, 190/701 – Glória
Rio de Janeiro - RJ – Brasil
CEP 20.241-180
+55 21 3221 9900
info@br.boell.org
www.br.boell.org

Foto da Capa: Trio Respeita as Mina - Salvador - 1/3/19. Foto: Mídia NINJA

Revisão
Marilene de Paula

Designer
Beto Paixão

048o
Oliveira, Tatiana.

O que há de novo nos novos feminismos? Uma cardio-carto-grafia dos arranjos feministas atuais. Tatiana Oliveira. – Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2019.
45 p.

ISBN 978-85-62669-27-9.

1. Movimentos sociais. 2. Feminismo. 3. Feministas. 4. Direitos das mulheres.
I. Oliveira, Tatiana. II. Título.

CDD 305.42

Nós vamos aprender a transformar nossas diferenças em força e combustível para produzir um horizonte de mudança.

Audre Lorde, 3ª Conferência Nacional dos Gays
e Lésbicas do Terceiro Mundo, 1979.

ÍNDICE

1. Apresentação 11

2. Introdução 13

3. Cardio-carto-grafar a revolta 17

4. Imagens do acontecimento feminista 19

5. A Política Feminista 29

6. O Feminismo na Política 37

1. Apresentação

No final do século XX, o clima do debate público brasileiro sobre o feminismo girava em torno da sua caracterização como uma ideologia algo residual e ultrapassada. O argumento dizia que o feminismo havia perdido muito do seu sentido justamente porque alcançara as suas pautas principais: o voto, o mercado de trabalho e a liberdade sexual. Esse otimismo fatal em relação às conquistas do movimento de mulheres não era novo. Ele replicava uma abordagem tipicamente aplicada pela ONU na década de 1990. No entanto, esse programa mínimo, muitas vezes associado a reivindicações pela inclusão da mulher no mundo dos homens, nunca foi capaz de dar conta das contradições inerentes à experiência feminina da cidadania. Já na segunda década do século XXI, no contexto de um novo ciclo de lutas global, mulheres organizadas em coletivos feministas que ninguém, nem nenhuma militante, parecia conhecer ou já ter ouvido falar, ganharam a cena política. Tratava-se de novas sujeitas que emergiam e se insurgiam com uma nova agenda e com novas práticas. Sua principal ferramenta eram as redes sociais, mas elas não se limitavam ao ativismo virtual. Ganharam as ruas em grandes manifestações espontâneas, isto é, sem a intermediação de nenhum tipo de organização social conhecida. Inauguraram repertórios de luta a partir de um ativismo autônomo, que foi visto com desconfiança tanto por parte dos governos quanto de partidos políticos e até de movimentos sociais. Porém, da rejeição a esta forma de ativismo, num primeiro momento, a atitude mudou em seguida para um ensaio de captura, adotando, finalmente, o tom de uma difícil (re)conciliação. Ainda assim, um diagnóstico comum acerca desse acontecimento é que teríamos adentrado um caminho sem retorno. Alguma coisa havia mudado. Àquela altura, o mundo já era outro. Como ensaiar uma explicação para tudo isso? Esta pesquisa tem o objetivo de produzir um documento que possa sistematizar algo do que se sabe sobre essas novas formas insurgentes da luta feminista, registrando algumas transformações pelas quais vêm passando a auto-organização das mulheres no Brasil. Essa *cardiocartografia* não resulta num trabalho acabado. Antes disso, deve-se tomar esse esforço como estímulo para futuras reflexões. Este *paper* foi idealizado a partir de uma parceria com Fundação Heinrich Böll e faz parte da minha pesquisa de pós-doutorado, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ), que conta com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2. Introdução

Em 2016, participei de uma conversa sobre feminismo em um morro do complexo de favelas cariocas conhecido como Alemão. Essa experiência me trouxe um enorme desconforto. Além das preocupações mais frequentemente mobilizadas neste tipo de reunião, acerca da desigualdade entre mulheres e homens, o próprio feminismo foi posto em questão pelas mulheres que se encontravam no debate. Eu já tinha passado por algumas situações em que o feminismo havia sido questionado. Pela direita, prevalecia a ideia que as mulheres haviam conquistado tudo, de modo que as soluções aventadas para promover a igualdade de gênero se restringiriam à criação de oportunidades em esferas distintas: na política, na escola, no mercado de trabalho e no acesso ao crédito. Pela esquerda, nenhuma novidade: historicamente, a resistência ao feminismo começa nos partidos políticos e sindicatos. Como diz Silvia Federici: "Sempre que o movimento feminista toma uma posição política autônoma, a esquerda se sente traída"[1]. Desde a literatura, eu conhecia as disputas que caracterizaram a abertura interseccional e decolonial do feminismo, mas eu mesma nunca havia posto o feminismo em questão. Embora admitindo certa matização, o feminismo, ou melhor, ser feminista, nunca fora para mim uma dúvida. Naquele momento, entretanto, as mulheres ao meu redor, com quem eu acreditava estar estabelecendo uma conexão, uma aliança, recusavam o feminismo como mais uma violência que se cometia contra elas. E eu era agente daquela violência. Não entendi. Queria entender. Seja como for, as coisas não podiam continuar como antes. Aquela tarde mudou quem eu sou. Ali, quebrou-se o encantamento que regulava a minha vida e a minha atuação política. Suspendi minhas convicções. Eu havia chegado como militante e especialista. Saí sem saber de mim.

As perguntas com que aquelas mulheres me confrontavam eram absolutamente perturbadoras: O que é ser mulher? O que é ser feminista? Quem sou eu, mulher preta favelada, para essa ideologia que você traz para nos catequizar? A gente sempre pensa sobre o feminismo como movimento de libertação. Contudo, não problematizamos o suficiente os sentidos de liberdade que estamos operando. Fiquei pensando sobre os efeitos de silenciamento e exclusão produzidos pelo feminismo, ademais das suas consequências clínicas, porque havia então um clima de angústia em relação a um regime de pensamento e a uma prática política que alegava *representar* todas as mulheres, ao passo que, evidentemente, "todas", se referia a algumas, poucas até – mesmo no âmbito do feminismo socialista. Eu não quis ser parte daquilo, embora o fosse... A reconfiguração da minha relação com

o feminismo foi tardia. Em 2016, eu já tinha 31 anos. Ela acompanha, no entanto, uma série de eventos que compõem um cenário mais abrangente de transformações. Não foi à toa que sobreveio a dúvida. Entre 2013 e 2015, vivíamos momentos de grande instabilidade política e de mobilização social no Brasil. Precisamente, nesse período, chegou ao país a crise econômica e financeira global que havia sido deflagrada em outras partes do mundo no ano de 2008. Em 2013, manifestações massivas haviam ocupado as ruas com críticas importantes ao governo de um partido de esquerda. Sobre tudo isso houve (e ainda há) muita incompreensão. Dizia-se que aquele momento de insubordinação resultava da falta de informação sobre os avanços sociais "concedidos" pelo governo. Assim, a população não se sentia "agradecida" pelos esforços daqueles que comandavam o país. De fato, foi um movimento ambíguo que ia de uma recusa da política e das organizações políticas (como os partidos e sindicatos) e um clamor por maior segurança (custasse o que custasse) até a reivindicação de pautas da esquerda (como saúde e educação) e algumas outras demandas difíceis de classificar.

Estas demandas difíceis de classificar chamaram a minha atenção. Procurei me envolver com elas. Pois, de alguma maneira elas convergiam com as transformações recentes no feminismo como teoria e como prática. Essas demandas inclassificáveis emergiram da entrada de novas personagens na cena política. Deixávamos de falar apenas sobre o movimento de trabalhadorxs. O vocabulário esquerda versus a direita exauriu-se. A política foi sendo paulatinamente de-limitada, isto é, esgarçada. E, na medida em que o enquadramento esquerda/direita se tornava insuficiente, um eixo vertical, que, de resto, é tudo e nada ao mesmo tempo, ganhou espaço. No contexto de uma crise econômica que se acirrava, a luta de classes entre ricos e pobres foi traduzida com as imagens ambíguas dos de cima contra os de baixo ou, dos 99% contra 1%. Os agentes que transitavam por esse hiato explodiram: jovens, estudantes, pretxs, mendigxs, drogadxs, putas, trans, travestis, indígenas, quilombolas, gordxs, pessoas com deficiência, loucxs... A lista é infinita. Em 2015, o assunto foi corrupção. A esquerda defendia o caráter sistêmico da corrupção. As mulheres exigiam o "Fora Cunha!". Setores liberais e conservadores chegaram às ruas, com suas camisas verde e amarelo, para disputá-las. Os políticos profissionais e as corporações midiáticas tentaram, sem sucesso, cooptar as manifestações. Uma desconfiança profunda em relação às instituições macropolíticas e o ataque do neoliberalismo contra a vida haviam ativado uma força micropolítica indomável. A meu ver, esse giro explica boa parte da incompreensão desconcertante sobre a realidade. E é a partir daí que encontro, hoje, uma maneira para falar sobre essas questões. Com tal ânimo organizo o texto abaixo, dividido em duas partes.

Na primeira parte, que chamei de "a política feminista", discuto duas mudanças fundamentais para entender a novidade das novas formas de luta feminista. São elas: a relação entre diferença e identidade e a concepção de agência com que trabalha o ativismo micropolítico. Por micropolítica entendo o avesso do burocratismo institucional ou militante. Quando me refiro a um ativismo micropolítico quero aludir a uma espécie de tradução do desejo no campo social sustentada por coletivos diversos. Estes grupos servem como suporte e oferecem o ambiente através do qual são criadas e recriadas possibilidades de agenciamento da realidade. Já não se trata de derrubar todas as opressões e fazer aquela revolução que não deixa nada no lugar. A política isolada e o capitalismo neoliberal produzem os seus próprios escombros. O ponto é que começamos a enxergar os seus entulhos. E, assim, vamos desviando deles, cuidando para que não caiam em nossas cabeças. Agenciar é absorver ou ler uma situação e adaptá-la, criar atalhos para sobreviver e manter a vida pulsante, aquela força interior que nos faz continuar, não importam as dificuldades com as quais nos deparamos. Acionar uma pragmática popular. Na segunda parte, o "feminismo na política", analiso algumas características-chave dos novos feminismos como as suas formas de organização e o seu foco, motivação, táticas, modelo de cooperação. Finalizo com uma observação sobre a razão pela qual a vida se tornou hoje o epicentro da revolta feminista. Mas, antes de tudo isso, e de maneira a ilustrar a discussão que segue, tentei estabelecer algumas imagens que julguei pertinentes à compreensão desse acontecimento que é a luta das mulheres brasileiras na contemporaneidade. Essas imagens estão organizadas em três atos: pensar a diferença a partir do feminismo negro; entender a juventude como diferença dentro do feminismo; e reativar um feminismo do dia-a-dia.

3. Cardio-carto-grafar a revolta

Antes de passar à próxima seção gostaria de explicar o subtítulo deste *paper*, que faz referência a uma "cardio-carto-grafia". Não sendo o seu sentido óbvio, parece oportuno dizer algumas palavras sobre o que isso significa. Ouvi o termo pela primeira vez numa palestra de Katiúscia Ribeiro, no âmbito do grupo de pesquisa sobre "*Afroperspectivas, Saberes e Interseções do Estudos de Filosofia Africana*", que tem lugar no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). O meu interesse em relação a este conceito está no fato de que ele se mostra útil para entender o sentido da cartografia. O objetivo é aproximar a figura do mapa, quase sempre estática, do fluxo das afecções, de uma variação mutante, que se configura e reconfigura constantemente. Em resumo, trata-se do seguinte: Uma *cartografia* não equivale a um mapa topograficamente referenciado. Ela não se refere à identificação nem à localização georreferenciada de grupos de mulheres que se reivindicam feministas. Minha aposta está na composição de um esboço amplo, a partir da qual busco fazer referência a acontecimentos e relações, repertórios de enfrentamentos, tensões, contradições, cruzamento entre forças, agenciamentos, enunciações, objetivações, subjetivações e produções estéticas. Refiro-me, portanto, a práticas de (r) existências, ou seja, estratégias de vida que insistem, de modo sempre singular, na sua reprodução, e, acrescento, na alegria como método para a insubordinação. Outro traço marcante, que não quero deixar de mencionar: a criação de espaços com um caráter clínico de apoio, convivência e compartilhamento de experiências.

Mas, além disso, há o amor. Não no seu sentido romântico. Como signo de um encontro, de empatia. É bell hooks quem melhor fala sobre o amor. Para esta autora, o amor é o único antídoto possível contra o ranço da dor pessoal que faz da militância um empreendimento egoísta e torna possível cometer todo tipo de violência no âmbito daquilo que se constitui como a dor (muitas vezes incomunicável) do outro. Somente ele (o amor) é capaz de tecer as linhas da interseccionalidade. Pois é o amor, como dispositivo de escuta, que permite a conexão dos vários universos singulares que atravessam a relação entre mulheres diferentes. Trazer o amor como conceito político para a discussão ganha, assim, o sentido de experimentar uma certa pluralidade de universos e pontos de vista. Não se trata de relativismo. Mas do acolhimento da diferença, por sua vez, sempre segura no enfrentamento de formas de violência variadas. Uma cardio-carto-grafia

é uma forma de conhecer a realidade. Interpelando o racionalismo que prescinde do corpo e das afecções, uma cardiografia toma para si o corpo e os afetos projetando, de alguma forma, no plano intelectual a configuração das lutas que busco descrever.

4. Imagens do acontecimento feminista

Uma das características da efervescência política do período que vai de 2013 a 2015, no Brasil, é a renovação da curiosidade e do engajamento de jovens e adultxs pelo feminismo. Tal interesse resultou na multiplicação de coletivas e organizações autodenominadas feministas ou que têm o feminismo como um dos eixos de suas ações. Assim, discussões sobre os feminismos saíram do contexto particular de movimentos sociais específicos, alcançando espaços onde antes eles não entravam. A agenda política do movimento se ampliou. E mesmo as pautas consideradas tradicionais (representação política, trabalho/emprego, direitos sexuais e reprodutivos) entrelaçaram-se a outras problemáticas, transformando o olhar sobre muitas questões dentro dos debates feministas tanto quanto no que se refere à ação política feminista. Três características deste momento são: (i) a descoberta de que não há assuntos específicos de mulheres, na medida em que os feminismos, enquanto filosofia-prática, devem ser tomados como uma ferramenta útil à inversão de todo o sistema de pensamento-ação no qual estamos inseridxs; (ii) a percepção de que ao falar da opressão contra as mulheres deve-se ter em mente não apenas as estruturas abstratas ou universais que a promovem, mas também o seu aspecto relacional, isto é, a maneira pela qual diferentes formas de violência incidem de modo absolutamente singular, são absorvidas e trabalhadas no íntimo por mulheres cujas experiências de vida são incomensuráveis; e (iii) a exigência de que sob qualquer circunstância sejam reconhecidas a capacidade de agência e a humanidade de certos grupos de mulheres (além de "corpos feminizados" e/ou "corpos estranhos"), aos quais se objetou, historicamente, esses atributos, resultando tanto em estigmatização, tutela e silenciamento quanto numa objetificação de raiz colonial e civilizatória.

Na introdução deste *paper*, argumentei que meu objetivo é enfatizar alguns fatores cruciais para explicar a novidade da insurgência feminista atual. Agora, vamos aprofundar um pouco essa discussão. A proposta é analisar: (i) a incorporação de um debate sobre a diferença cultural pela teoria e pela ação política feminista; (ii) o problema da agência; (iii) novas formas de organização; e (iv) a relação entre macropolítica e micropolítica. No que segue, vou abordar estas questões a partir de trabalhos que, acredito, refletem a mudança que estou tentando qualificar e considero exemplos interessantes dos problemas que surgem dessa transição.

Não há como pensar a insurgência feminista dos nossos dias, sem mencionar o protagonismo das mulheres negras e a interseção entre o feminismo e as lutas de classe e antirracista. Por isso, vou tentar elaborar algumas imagens relativas à articulação destas lutas. Faço-o, porém, a partir do lugar que ocupo socialmente (como mulher mestiça, porém "passável") e das limitações que esse corpo me impõe. Quero retomar uma imagem apresentada por Luiza Bairros[1], num texto de sua autoria, cujo objetivo era descrever as transformações que vinham ocorrendo na teoria e na prática feminista desde a década de 1980. O artigo, publicado na revista Estudos Feministas em 1995,[2] sugere rememorar uma situação bastante comum para as classes médias brasileiras e cuja repetição cotidiana num "programa [de tv] matinal dirigido ao público feminino" pode ser lida como sintoma da naturalização do racismo no país. Bairros fala de um quadro de culinária em que se ensinava a preparar uma refeição qualquer. No entanto, explica, o que lhe interessou não foram as instruções oferecidas, senão o que se passava ao fundo: se no primeiro plano visível da tela estava a apresentadora-branca, preocupada em transmitir conselhos culinários, detrás "uma jovem negra participava da cena no mais completo mutismo". Assim, continua,

> *[n]aquele programa o estereótipo que nos associa a boa cozinheira foi redefinido pela redução da mulher negra ao papel de coadjuvante mesmo no limitado espaço imposto pelo racismo. Para mim, entretanto, tão poderosa quanto o silêncio era nossa outra fala, transmitida pela pele negra e realçada pelo penteado de tranças da ajudante. Uma imagem posta em nossos próprios termos, desligada das representações de submissão atribuídas a nós, mulheres e homens, negros. Se por um lado, os produtores de TV acham que não possuímos a autoridade e a segurança necessárias para ensinar até mesmo o que supostamente fazemos melhor, por outro, é evidente que o racismo já não pode mais ser praticado sem contestação, sem que de algum modo emerjam os contradiscursos que (re)criamos nas duas últimas décadas (p. 458).*

Nesse trecho, Bairros analisa e desarticula o esquema nada ingênuo proposto pela imagem a respeito das funções imputadas à mulher branca e à mulher preta. Recuperando o poder da imagem e da comunicação não verbal, a autora mostra de que maneira o corpo e a cor se impõem na cena, fazendo transbordar, de maneira incontornável, a nulidade que os patrões reservam à mulher preta. Na sequência, ela introduz uma dimensão

1. Intelectual negra, foi ministra-chefe da Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial do Brasil, entre 2011 e 2014, no governo de Dilma Rousseff (PT).

relacional entre ambos os corpos, mais uma vez extravasando aquele contexto, para revelar as tramas de uma colonialidade[3] atualizada. Com isso quero dizer que Bairros está explorando diferentes perspectivas sobre colonialidade (entendida como racismo e eurocentrismo) e o patriarcado (visto como um sistema social que oprime as mulheres ou identidades próximas ao feminino). Então, de um lado temos a mulher preta ao fundo e a tradução de uma manifestação de racismo contra pessoas pretas oferecida pela imagem. De outro lado, a mulher branca. Bairros nos convida a perguntar quem é essa mulher branca na cena. Assim, a autora nos apresenta, a um só tempo, o funcionamento da racialidade da brancura e da opressão patriarcal. Algumas perguntas que nos entrega são: Como pensar a mulher de fenótipo branco, porém latina, num regime de poder-saber eurocêntrico? De que maneira se comporta e quais alianças essa mulher branca privilegia num mundo de homens brancos que a oprime? É possível pensar uma política de alianças entre mulheres tão diferentes? Ao final do trecho que reproduzo abaixo, Bairros enuncia uma preocupação sobre como combater o desejo de dominação inscrito na relação daquelas mulheres, aludindo à possibilidade ou mesmo à desejabilidade do florescimento de uma política de coalização, ali, onde prevalecia o rancor e o ódio. Ela, então, registra:

> *Os significantes embutidos na cena não param por aí. O papel desempenhado pela apresentadora-branca era superior apenas na aparência, pois ela estava restrita ao espaço geralmente desvalorizado da atividade doméstica. Logo, sua autoridade só pôde evidenciar-se quando contraposta ao papel secundário da ajudante negra. Numa sociedade racista, sexista, marcada por profundas desigualdades sociais o que poderia existir de comum entre mulheres de diferentes grupos raciais e classes sociais? Esta é uma questão recorrente não totalmente resolvida pelos vários feminismos que interpretam a opressão sexista com base num diferenciado espectro teórico-político-ideológico de onde o movimento feminista emergiu (p. 458).*

Ainda neste artigo, Bairros argumenta que nos marcos das versões mais conhecidas do feminismo (radical, liberal e socialista), seria impossível dar conta de questões como as que lhe "foram sugeridas pelo programa de TV, porque [estas] herdaram do feminismo radical três conceitos básicos (e problemáticos): mulher, experiência e política pessoal" (p. 459). Assim é que a autora desloca o problema da identidade no feminismo, em favor de um pensamento sobre as diferenças. Antes, contudo, de passar a essa discussão, quero me debruçar sobre outra imagem característica das lutas feministas

que têm lugar na segunda metade do século XXI. Seguindo os passos de Bairros, quis aludir à centralidade das perspectivas interseccionais[4] para o feminismo contemporâneo como ferramenta própria à articulação de marcadores das diferenças (gênero, sexualidade, raça, classe, nacionalidade). Mas, além deste, outro aspecto que quero ressaltar é a questão geracional. Explico adiante, com maior detalhe, como entendo esse problema. No entanto, já é possível antecipar algumas características de um ativismo jovem, que, se bem irredutível ao feminismo, é, sem dúvidas, inspirado por ele. A fim de produzir esta imagem, recorro a dois artigos sobre o ativismo de mulheres jovens, escrito por mulheres jovens, e, também, à memória de uma roda de conversa que foi realizada com um grupo de mulheres cariocas, realizada na sede da Fundação Heinrich Böll, no Rio de Janeiro, em julho de 2017. O primeiro dos artigos mencionados foi escrito por Julia Paiva Zanetti e publicado, em 2011, pela revista Cadernos Pagu com o título "Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais".[5] O segundo, denominado "O feminismo não morreu: as Riot Grrrls em São Paulo", tem autoria de Érica Isabel de Melo e foi publicado, em 2013, pela Revista Ártemis.[6]

O trabalho de Zanetti busca localizar por volta da segunda década do século XXI, o aumento das pressões por parte das mulheres jovens para que os movimentos feministas incorporassem pautas políticas específicas às juventudes. Diferente do que acontece em muitos países europeus ou nos EUA, os feminismos latino-americanos contam com a participação de uma maioria de mulheres jovens. Por isso, causa estranhamento que esse tipo de debate não tenha sido iniciado anteriormente. Do ponto de vista da política pública, países como Portugal ou Uruguai desenvolvem políticas específicas para juventude desde a década de 1990. A ONU apresenta formulações sobre o tema desde 1985, quando tornou aquele o ano internacional da juventude. No Brasil, a juventude foi, de maneira geral, vista como um problema social – equivalente a população dependente, ou seja, economicamente inativa e que impõe gastos elevados ao estado[7]. Essa perspectiva desconhece a autonomia política da juventude, negando-lhe, ademais, acesso pleno à cidadania, que deve pressupor direitos. Em 2005, no entanto, ocorre uma mudança importante no olhar do governo para este seguimento. São marcos dessa mudança a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). A maior presença da juventude na cena pública, argumenta Zanetti, passa a ser acompanhada por demandas relativas a "formas de participação ligadas ao exercício de uma cidadania especificamente juvenil", de modo que xs "jovens começam a se reconhecer e a pressionar para serem reconheci[dxs] pela sociedade com seus direitos e interesses específicos". E

completa: "certamente esse novo contexto contribui para o empoderamento e valorização da identidade juvenil também no interior dos movimentos sociais" (p. 50).

De forma análoga ao que sugere Bairros, Zanetti relaciona esta situação com uma certa tradição do pensamento e da organização política feminista que tende a privilegiar e a generalizar as experiências de mulheres brancas cis, adultas, de classe média e heterossexuais. Assim, argumenta, "estimular o reconhecimento da diferença e do conflito na prática política do movimento, reconhecer o exercício do poder no seu interior e admiti-lo como recurso de transformação se tornaram novos desafios para o feminismo" (p.50). A autora organiza o seu trabalho a partir de entrevistas que faz com militantes feministas vinculadas a movimentos sociais. Além destas, uma mulher que se declara ativista autônoma[8] é entrevistada. Nos relatos que apresenta, é possível compreender de que modo a questão política envolvendo as relações intergeracionais pode ser considerada na chave da multiplicação da diferença no interior do feminismo. Há, em geral, a percepção de que a inflexão geracional contribui para uma maior complexidade do olhar sobre a realidade e sobre as formas de opressão que incidem sobre as mulheres, assim como para a produção de uma cultura política menos excludente e reprodutora das desigualdades encontradas na sociedade dentro do ambiente dos movimentos. Nesse sentido, uma das conclusões do trabalho é que embora seja possível identificar uma agenda política própria, de iniciativa direta de setores da juventude, na maior parte das vezes que foram perguntadas sobre questões políticas que lhe interessavam, as feministas mais jovens reivindicaram um "recorte geracional de pautas já existentes, assim como mais atenção a temas cujo impacto maior se dá na juventude, como a violência e o turismo sexual" (p. 63). Ainda a respeito da abertura dos movimentos à diferença, algumas jovens denunciaram uma dinâmica hierárquica rígida, com concentração de poderes por parte das mulheres adultas, como um fator que dificulta a formação e a renovação de quadros, uma vez que as jovens, apesar de realizarem uma série de tarefas, não têm espaço ou treinamento para protagonizarem articulações políticas mais amplas.

A autora resume da seguinte maneira os posicionamentos de jovens mulheres feministas na sua relação com coletivos e movimentos:

> *Há quem não identifique conflitos intergeracionais dentro do movimento e rejeite a afirmação das múltiplas identidades no feminismo. Há também quem, apesar de reconhecer os conflitos, pareça ocupar o lugar de herdeiras do movimento, adotando atitude conciliatória em relação às adultas, o que revela a consonância, por ambas partes, com uma concepção da juventude como*

> *um período preparatório para a vida adulta. Por fim, há ainda quem problematize a inserção juvenil no feminismo, questione e se organize a partir da identidade de jovem feminista (p.74).*

Érica Isabel de Melo estuda as *riot grrrls*, na cidade de São Paulo, um desses coletivos que reivindicam uma identidade autônoma de jovens feministas (o que é diferente de dizer feministas jovens, indicando seu caráter autônomo e uma organização por fora dos grandes movimentos feministas conhecidos). A autora revela uma relação interessante entre a cultura juvenil associada ao mundo do rock e à política a partir da qual se constroem novas práticas e linguagens feministas. A data de publicação deste texto é 2013, mas, segundo indica o periódico, ele foi, provavelmente, escrito no primeiro semestre de 2012. Essa temporalidade, que se estende da escritura à publicação, me parece interessante porque ela deixa um rastro do que provavelmente motivou o trabalho. Logo no primeiro parágrafo do texto, Melo afirma que é do seu interesse analisar "como e por que novas gerações de mulheres têm se aproximado do [feminismo]" e consideram esta luta "relevante na atualidade", tendo em vista uma "conjuntura em que há a predominância da ideia de que o feminismo é algo ultrapassado e que a noção de que as mulheres conquistaram o seu espaço se torna imperativo, sobretudo nos meios de comunicação" (p. 162). Ou seja: diante de uma propaganda que declara uma vitória fatal do feminismo, algo como o fim da história, Melo se pergunta o que estaria acontecendo para que tal destino, afinal, não se concretizasse. Pelo contrário, observando a vitalidade do feminismo em determinados espaços, a autora inquire sobre a natureza e as características das novas práticas adotadas, as quais, a seu ver, num processo molecular e silencioso, têm revolucionado o entendimento a respeito desse tipo de luta. A ênfase conferida ao estudo de Melo é muito próxima da que busquei imprimir a este *paper*. De caráter mais geral, entretanto, o que se verá nas seções seguintes é uma tentativa de cardiocartografar, como já disse, essa novidade, agora, não mais a partir de um diagnóstico de morte, mas buscando compreender essa passagem entre morte e vida, com foco especial na pujança da luta feminista na atualidade.

Melo explica que as *riot grrrls* fazem parte de uma "cultura vinculada ao estilo de música *punk* rock, sendo composto por garotas que, ao associarem música e política, questionam, denunciam e desconstroem as relações desiguais de gênero, em especial as relativas à juventude, e constroem linguagens e práticas feministas" (p. 162). Como nos exemplos anteriores, algumas inquietudes se repetem. Aqui, no entanto, é preciso sublinhar que esta autora analisa um grupo cuja configuração é, até aqui, a mais próxima do que caracterizei anteriormente como micropolítica.

Melo argumenta que a cultura *riot grrrl* possui uma dimensão que pode ser descrita como existencial, pois toma a forma de um "feminismo do dia-a-dia" e configura um "estilo de vida" que se propõe, nas palavras de uma das entrevistadas, "fazer a diferença na vida dessas garotas". Contrapondo-se, então, a um formato mais "sisudo" do feminismo, distante de questões cotidianas e de "difícil compreensão", em razão de uma "linguagem acadêmica", afirma que um modo de apreender esses grupos é "a partir do lema herdado da cultura *punk* do 'faça você mesmo', que está ancorada em princípios libertários e anarquistas, apoiados em práticas como autogestão e horizontalidade" (p. 165).

O trabalho de Melo introduz algumas questões importantes: (i) aborda a categoria "jovem" como marcador de uma diferença relevante para compreender os feminismos atuais; (ii) aponta a existência de "feminismos plurais" ou "polifônicos", assim problematizando a constituição do sujeito político feminista e as suas formas de representação; e (iii) ressalta o caráter de uma experiência política que se configura como um "estilo de vida", portanto, como uma relação complexa entre o indivíduo e o coletivo, englobando de práticas de consumo até comportamentos, além de supor uma produção corporal-estética e cultural particular. Deve-se ressaltar, ademais, o aspecto clínico desses grupos, cuja convivência rotineira cria um ambiente de trocas e intimidade, que, finalmente, promove uma abertura para o compartilhamento de aflições individuais. A magia do feminismo acontece no momento em que tais inquietudes se provam coletivas, isto é, compartilhadas pelas garotas, ainda que nunca da mesma forma. Aí, produz-se um antídoto contra os efeitos de isolamento e solidão com que se vivenciam humilhações, episódios de violência e opressão[9]. Então, aparece a noção de "empoderamento", como "forma de trabalhar a ideia de que as mulheres são capazes e podem desenvolver as atividades que quiserem, de descobrir aptidões que são dificultadas ou negadas pela assimetria de poder entre as relações de gênero, de questionar padrões de gênero e de que as mulheres são pouco aptas a desenvolver atividades ligadas à tecnologia, por exemplo" (p. 171). De fato, ciência e tecnologia são assuntos que ganham cada vez mais espaço na agenda feminista. Por isso, menciono alguns elementos dessa discussão.

A partir da roda de conversa que foi realizada com um grupo de mulheres cariocas em julho de 2017, a internet, sobretudo as redes sociais, apareceram como uma ferramenta inescapável à militância, em geral, e à feminista, em particular. Naquela ocasião, recebemos (eu e a equipe da Fundação Henrich Böll) mulheres com diferentes trajetórias de vida e militância. Contamos com a participação de integrantes de movimentos populares de massa mistos e de movimentos feministas, além de ativistas autônomas e empreendedoras populares, que, conforme elas mesmas relataram, enfocam nos seus negócios

temas relacionados ao "empoderamento" feminino. De modo complementar a essa conversa, disponibilizamos um questionário on-line com perguntas direcionadas sobre práticas de ativismo. Em todos os casos em que foram perguntadas, o uso da internet para atividades políticas ou de conotação política foi muito citado. A internet tem sido apropriada como um recurso por meio do qual é possível produzir materiais e divulgá-los, assim alcançando um maior número de pessoas do que a extensão e a circulação do corpo na cidade permitem. Nesses termos, o objetivo é gerar engajamento (curtidas, compartilhamentos, discussões) em torno (i) das agendas específicas do feminismo, (ii) de narrativas que se opõem aos conteúdos veiculados pelos monopólios de comunicação e/ou (iii) dos ataques de grupos antifeministas. A internet é, portanto, vista como um ambiente e um canal para a disputa política, de conflitos entre correntes feministas distintas à oposição com relação a setores conservadores. Também é usada como uma plataforma para a organização de ações virtuais ou de rua, à exemplo das campanhas com hastags (#) e dos "eventos" do Facebook que servem para ativar a mobilização para manifestações de rua.[10] No entanto, vale dizer, o debate sobre a internet como um espaço virtual que tem vida própria, não obstante animada por pessoas reais, não é simples e não deve ser descrito apenas como um sumário de práticas cyberativistas.

À medida que aprendemos sobre a complexidade dessa plataforma, tomamos contato com o seu perfil obscuro e ambivalente: embora possua efeitos democratizantes, como mostrei acima, de visibilização de grupos minoritários e interferência no debate público, o meio digital também se configura como meio de vigilância e controle. Nesse sentido, uma discussão de enorme relevância se refere à maneira pela qual essa interface conecta dispositivos tecnológicos variados que se tornaram verdadeiras extensões dos nossos corpos. Mais importante: considerando o manejo cada vez mais difundido de tecnologias como a dos algoritmos, usados das redes sociais aos aplicativos de celular até os eletrodomésticos ou a indústria, tem surgido um ativismo que problematiza a presença crescente dessas máquinas no cotidiano. Os algoritmos também são conhecidos como inteligência artificial porque eles constituem sistemas de tomada de decisões. Em muitas das aplicações conhecidas desses sistemas, eles atuam como intermediários da relação entre homem e máquina. Os algoritmos podem, então, ser considerados cruciais à transição tecnológica pela qual passamos atualmente, justamente, porque eles têm desempenhado o papel de pontes entre um mundo no qual as tecnologias são vistas como entidades completamente dissociadas do homem e outro mundo em que a relação homem-máquina se dá com maior proximidade e até intimidade. Diante disso, e já observando efeitos discriminatórios da aplicação dessa tecnologia, as mulheres cientistas têm

feito um cruzamento entre o problema ético-político do desenvolvimento científico e o modo como as novas ferramentas tecnológicas incorporadas à rotina tendem a replicar a lógica de uma norma social excludente.

Doutora em Harvard, pós-doutora pelo MIT, Catherine O'Neil foi uma das primeiras pesquisadoras a apontar o caráter machista, racista e discriminatório dos algoritmos. Para ela, enquanto sistemas de tomada de decisões, essas ferramentas emulam, numa relação transferencial, os preconceitos de quem os projeta. Uma técnica, argumenta, sempre reflete a cultura em que é elaborada. No seu livro "Armas de destruição matemática: como a big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia"[11], O'Neil dá alguns exemplos de como esse problema aparece no nosso cotidiano. O mercado de trabalho é um caso emblemático. Imagine um processo seletivo no qual uma empresa de RH aplica aos currículos dxs postulantes à vaga de emprego um algoritmo, o qual deve ajudar a selecionar candidatxs. Para isso, a partir de um conjunto de dados, um programador sugere uma relação entre o banco de informações de que dispõe e um conceito qualquer de sucesso relacionado à descrição da vaga definida pelo empregador. Mas o que é sucesso? A definição de sucesso, como é possível antecipar, tem um viés. Por isso, a autora explica que é muito provável que o resultado de um processo seletivo baseado nesse tipo de lógica leve à exclusão das mulheres do mercado de trabalho, posto que culturalmente não somos tomadas como exemplo de sucesso na vida profissional (leia-se: fora do ambiente doméstico). Em outras palavras, dado que os algoritmos não são criados de modo a mitigar as diferenças de poder numa sociedade, há uma tendência para que eles reproduzam hierarquias e opressões preexistentes a eles, reforçando, assim, dinâmicas de exclusão. Isso pode ocorrer numa infinidade de áreas nas quais se apliquem os algoritmos.

Ao mesmo tempo, porque se fala num período de transição tecnológica, ou seja, um momento de indefinição, no qual as coisas estão por consolidar-se, vão surgindo, aos poucos, grupos de pressão que advogam por maior diversidade cultural nas empresas de tecnologia. Há, ainda, grupos autônomos e organizações, sobretudo, não-governamentais, que oferecem treinamento para minorias que se interessam em atuar no setor tecnológico. Em ambos os casos, o objetivo, é politizar e disputar não só o uso, mas também e, principalmente, a produção das máquinas e tecnologias. Incidir sobre essas tecnologias não é pouca coisa, na medida em que elas antecipam o futuro no que tange a nossa forma de pensar, agir e nos comunicarmos num mundo outro mundo outro que ainda desconhecemos. Do ponto de vista do debate feminista, tal abordagem traz, ao lado do tradicional questionamento acerca da divisão entre natureza e cultura, o problema sobre o que significa ser humano no mundo contemporâneo. Se, no passado, o feminismo investiu

na dissolução de fronteiras rígidas entre cultura e natureza – uma dicotomia que servia para estabelecer o caráter irracional e subalterno das mulheres na sua relação com os homens –, as discussões sobre tecnologia propõem, hoje, a desarticulação de uma visão que separa, de maneira mais ou menos inflexível, cultura e máquina. Em vez disso, sugere-se um entendimento sobre a influência ou a mútua constituição entre humanos e máquinas, avaliando-se os seus efeitos para a (re)configuração da paisagem social. Embora não seja objeto desta pesquisa, vale notar as implicações dessa discussão para o que Donna Haraway[12] chama de uma experiência ciborgue, uma ideia que se mostra produtiva para pensar, por exemplo, a interferência tecnológica crescente na vida, da gravidez aos processos de transição de gênero.

5. A Política Feminista

Identidade e diferença

Na seção anterior, mencionei, através do trabalho de Luiza Bairros, algumas limitações apresentadas pelas correntes mais conhecidas do feminismo (radical, liberal e socialista) para falar sobre as vivências de mulheres que não se enquadram exatamente no perfil daquelas que se tornaram porta-vozes históricas do movimento. Bairros argumenta[13] que os conceitos de "mulher", "experiência" e "política pessoal", embora tenham sido "úteis para definir uma coletividade e seus respectivos interesses", assim "justificando o estabelecimento de uma organização política independente", não bastam "quando usados para definir o que nos une a *todas* enquanto mulheres". Bairros explica que "tal convergência conceitual é chave para entender-se porque certos feminismos desconsideram categorizações de raça, de classe social e de orientação sexual, favorecendo assim discursos e práticas voltadas para as percepções e necessidades de mulheres brancas heterossexuais de classe média" (p. 459). A esse respeito, dois exemplos discutidos por Bairros são a maternidade e a sexualidade. De um lado, a maternidade enquanto elo de ligação entre todas as mulheres colocaria ênfase "num aspecto compartilhado apenas em caráter biológico como parte integral da identidade feminina, reforça[ndo] noções patriarcais do que é tradicional ou naturalmente feminino" (p. 459). Essa concepção, segundo explica, do feminino dificultaria, ao invés de facilitar, a construção de uma ação política coordenada em relação a temas polêmicos como o aborto e os direitos reprodutivos das mulheres. De outro lado, a sexualidade é quase sempre compreendida a partir de uma relação direta com a ideia de dominação masculina, o que transformaria todas as mulheres em vítimas passivas de um processo algo inescapável de objetificação sexual. Aguçando a contradição dessas afirmações e com base num exemplo oferecido por Bairros, pergunta-se: como lidar com a reivindicação do sadomasoquismo por mulheres lésbicas?

Se a adesão ao sadomasoquismo por mulheres lésbicas desorganiza a matriz de dominação sexual conhecida e a partir da qual nos acostumamos a erguer a crítica feminista, a noção de "política pessoal" reintroduz a questão da dominação masculina como eixo interpretativo da relação entre os gêneros numa forma de opressão geral. Dizer "opressão geral" implica apontar o seu caráter estrutural e a sua direcionalidade, ou seja, sugere algo que não é negociado nos encontros do dia a dia, mas que se impõe para todo mundo e cai sobre nós de cima para baixo, sem grandes modulações, deter-

minando assim as nossas relações desvantajosas com o mundo. "Política, então, seria qualquer relação de poder mesmo fora da esfera pública da ação direta do Estado ou organização capitalista da sociedade", que alcance "qualquer atividade estruturada para perpetua[r a dominação masculina] como no caso do casamento e da família". Contudo, é possível pensar, com Bairros, que esse tipo de análise não se sustenta diante do caráter incomensurável das respostas possíveis de mulheres diferentes a formas de opressão distintas que nos atravessam ao longo das nossas vidas. Embora, como já se disse, a reunião de mulheres (biológicas ou não) seja crucial para produzir antídotos à dor e ao sofrimento provocados pela violência e pela exclusão, a maneira pela qual cada uma de nós configura os seus problemas ou toma para si a dor e o sofrimento diverge. Isso significa que o feminismo será tão mais libertador quanto mais aberto ele for à diferença[14]. A expressão íntima dos problemas que nos afetam produz a experiência do feminino e é constituída por ela. Dor e felicidade estão enlaçadas. Cada indivíduo desenvolve com esses afetos uma relação própria. Isto faz com que não seja possível nomear dor e felicidade desde um ponto de vista universal, porque ambas ganham uma expressão absolutamente singular a partir de cada corpo e de cada experiência vivida. Às vezes, o discurso totalizante da esquerda sobre a opressão nos torna, a todxs, zumbis deprimidos. Há que se resistir a essa ideia, tanto quanto à felicidade delirante de consumo liberal. Ninguém é só triste ou só feliz. As festas populares nos dão um exemplo disso.

Como veremos adiante, não estou falando de um feminismo individualista. Pelo contrário, essa fragmentação que, de início, pode parecer prejudicial à luta feminista aumenta a nossa "superfície de contato", possibilitando-nos realizar ligações a partir de lugares antes inimagináveis.[15] Permite ver as nuances das formas de opressão e das lutas por emancipação. Assim, ao contrário de pensar a política pessoal – que pode nos conduzir inesperadamente à alegação de que os "problemas de mulher são meramente pessoais" (p. 461) –, mais vale observar a dimensão relacional da opressão de gênero. Em outras palavras, deve-se procurar entender como o sofrimento e a angústia resultante da vinculação entre diferença e desigualdade se configura numa situação dada e em que medida a forma com que essa opressão se nos dá a ver está (ou não) articulada a outros marcadores de desigualdades. É isso o que se quer dizer com a ideia de um feminismo interseccional, a partir do qual se torna possível imaginar uma articulação entre categorias da diferença variadas e os seus efeitos em termos de exclusão e desigualdade. Assim, não se deve tratar essas categorias como "parcelas que se somam ao gênero dando assim margem as nossas conhecidas formulações em termos de dupla ou tripla opressão: sexismo+racismo+homofobia+etc" (p.460). Tampouco deve-se ler a inter-

seccionalidade como um método para enunciar e empilhar opressões, gerando, finalmente, uma espécie de disputa entre aquelas que são mais ou menos oprimidas. Não há que se pensar sobre as dimensões de raça, classe, sexualidade e nacionalidade como as únicas intersecções possíveis em relação à opressão sexista. O acesso à saúde, saneamento básico, água potável, creche ou transporte, entre outras políticas públicas, podem ser variáveis tão importantes para compreender uma situação de desigualdade entre gêneros quanto as categorias clássicas da interseccionalidade. Resgatando bell hooks[16], o feminismo é para todo mundo quando ele nos ajuda a encontrar o amor, ou seja, a enxergar pontos de contato, alianças e força para lutar juntxs, ali onde prevalece o ódio que nos separa e impede que a gente se conecte verdadeiramente. Isto pode incluir as masculinidades, por exemplo. Seguindo uma tradição do feminismo negro, Bairros faz uma análise interseccional do problema do gênero que inclui a construção do masculino preto. Nisso ressoa, mais uma vez, a questão da diferença e das alianças:

> *A aceitação mais ou menos crítica de que existam grupos mais discriminados que outros resultou da incapacidade de oferecer uma formulação que evidenciasse como somos todas e todos afetados pelo sexismo em suas diversas formas – homofobia, machismo e misoginia. A percepção de que o homem deve ser por exemplo o principal provedor do sustento da família, o ocupante das posições mais valorizados do mercado de trabalho, o atleta sexual, o iniciador das relações amorosas, o agressivo, não significa que a condição masculina seja de superioridade incontestável. Essas mesmas imagens cruzadas com o racismo reconfiguram totalmente a forma como homens negros vivenciam o gênero* (p.461)

A figura do mosaico é utilizada por Bairros para pensar as transformações no que tange o entendimento das categorias "mulher", "experiência" e "política pessoal", a partir de um viés teórico conhecido como "ponto de vista feminista". Basicamente, quer-se argumentar que a experiência da opressão é vivida a partir do lugar ocupado numa matriz de dominação preexistente. Contudo, essa matriz não é estática. Ela se movimenta, porque é sempre relacional. Por isso, fala-se de uma articulação simultânea de múltiplos marcadores da diferença, que se "interceptam em diferentes pontos" e simultaneamente em um intervalo conhecido. Essa estrutura múltipla e complexa é o que forma a imagem do mosaico. Em termos práticos, isso significa que "uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas

experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista" (p. 461). Em relação à luta política essa formulação tem consequências importantes. Bairros expressa uma preocupação com a organização do movimento negro e de mulheres negras no Brasil, mas eu acredito que, com a devida atenção, a reflexão sirva mais amplamente para pensar as novas formas de luta no âmbito feminista. A autora passa a discutir uma abordagem que ficou conhecida como "o ponto de vista feminista".

Segundo interpreta Bairros, o "ponto de vista feminista" refletiria a "necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça), o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras – a luta contra o sexismo ou contra o racismo? – já que as duas dimensões não podem ser separadas". Reformulando, poder-se-ia dizer: o ponto de vista feminista apresenta o desafio de transfigurar as diferentes experiências da racialidade, do gênero, da sexualidade e da classe, admitindo-se, desse modo, a sua interpenetração e a sua transversalidade. Isto impossibilita a estruturação de hierarquias bem definidas segundo as quais se elege uma prioridade para a ação política direta. De fato, desorganiza-se qualquer ordem de opressões. "Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra" (p. 461). É precisamente nesse sentido que me parece interessante pensar sobre a organização difusa dos novos feminismos. Pois estes começam a se distribuir por coletivas que sequer demarcam as categorias mencionadas anteriormente como os elementos centrais a partir dos quais deve-se forjar algum tipo de unidade para a luta feminista. Ao mesmo tempo, isso não significa que esses marcadores sejam ignorados. Apenas, na medida em que as mulheres passam a se encontrar em coletivos editoriais ou de mulheres programadoras, bandas de música, espaços de ginecologia autônoma, grupos de dança, companhias de teatro, clubes de leitura, comunidades virtuais variadas, associações de mulheres empreendedoras etc. – não se organizando, portanto, a partir das caixinhas sugeridas pelas formas clássicas de militância – vão se configurando experiências, discursos, afetos, sensações que abraçam a complexidade da vida e das relações, tornando possível descartar a característica de uma separação analítica das distintas formas de opressão como critério para a organização das lutas. Trata-se de um desenvolvimento da luta política que encara o desafio de produção de um "mundo embaralhado"[17], ou, como falam as mais jovens, #tudojuntoaomesmotempoagora.

Reagir e Agir

Reação e ação são vocabulários muito mobilizados para se descrever a a(tua)ção de movimentos ou grupos de ativistas. Cada uma dessas palavras

ajuda a antecipar algumas características da luta social. Reagir implica sair de uma posição de repouso depois que um fator exterior ao corpo (do sujeito ou da política) provoca o movimento. A reação tende a se reter no que Suely Rolnik[18] chama de camada visível e audível das questões políticas. Esta superfície tangível pode ser confundida com a positividade das leis ou com a arquitetura do poder institucional. Dessa maneira, a reação tem por alvo a assimetria de direitos e as relações de poder instituídas. Na medida em que o elo entre a assimetria de direitos e as relações de poder instituídas, denuncia o vínculo entre diferença e desigualdade, a fronteira das lutas se expande, podendo englobar diversos aspectos (e não só a questão da classe e da renda). O motor da reação é a acusação das injustiças do mundo nas suas formas vigentes. A intenção dos movimentos reativos está, assim, atrelada ao objetivo do empoderamento. E, aqui, o uso do conceito é apropriado. Por empoderamento entendo, nos termos propostos por Rolnik, sair da inaudibilidade para ocupar afirmativamente um lugar considerado de direito. Em outras palavras, combate-se a abjeção para afirmar a dignidade de todas as vidas vividas. A reação aponta as assimetrias nas relações de poder a fim de produzir uma redistribuição dos lugares na estrutura social, tornando-a mais igualitária. Por isso, o fator externo que impulsiona o movimento reativo é a própria macropolítica, à qual a reação deve, consequentemente, responder.

Por outro lado, o agir é autônomo e prescinde da convocação externa. Nasce de uma inquietação interna, que, assim, se conecta com as dimensões do invisível e do inaudível. Trata-se de um "protesto funcional das consciências contra o abuso perverso da força vital da natureza, em todos os seus elementos, o que inclui o humano", argumenta Rolnik. O motor desse tipo de ação é o contrário da acusação. No seu centro está uma preocupação com a "preservação da vida, que, nos humanos, manifesta-se como impulso de anunciar mundos possíveis para mobilizar os inconscientes". Com isso, é possível desfazer um dos equívocos mencionados acima. Estreitamente vinculado à recuperação ou à ativação da potência vital e da força criativa de indivíduos e grupos, a intenção dos arranjos de ativismo (r)existentes não se limita ao empoderamento, mirando processos de potencialização. Rolnik explica que potencializar implica uma (re)apropriação da força vital e da potência de criação humanas. A vida não para nunca e nunca termina. Mas ao longo da vida, a forca vital que a mantém ativa pode ir-se apagando na medida da disciplina e da colonização do corpo e da subjetividade exigidos pelo imperativo da sobrevivência. Quando nos entregamos ao imperativo de sobrevivência, e obviamente somos levadxs a isso, perdemos a capacidade de ver para além das obrigações e das urgências. Por isso, a política depende de uma reapropriação da força vital e da potência de criação, que, por sua

vez, nos convoca a rememorar nossa linguagem interior. É por meio da (re) codificação deste balbucio inconsciente que a pulsão encontra o seu dizer e passa a enunciar os "saberes-do-corpo", "saberes-vivos". Ouvir o estranhamento que nos diz internamente que algo não é certo nem justo é condição de possibilidade para que o movimento pulsional, ou seja, a vida, transborde para a política produzindo um acontecimento.

Mas eu queria mencionar, ainda, outro aspecto da ação como agência. Num artigo que busca entender a ação político/religiosa de mulheres egípcias mulçumanas, Saba Mahamood contrasta o que considera uma concepção corrente de agência no feminismo com a que encontra a partir das práticas do movimento pietista em foco. De um lado, tem-se um "entendimento particular da noção de agência humana na teoria feminista" que "procura situar a autonomia moral e política do sujeito em relação ao poder", ou seja, numa relação com as instituições e com a macropolítica. De outro lado, há a "agência não como um sinônimo de resistência em relações de dominação, mas como uma capacidade para a ação criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas" (p. 123). Na linha desta segunda definição, a autora enfatiza o que chama de o "paradoxo da subjetivação" como elemento central à compreensão das possibilidades de agenciamento da realidade pelas mulheres. Mahamood explica que o paradoxo da subjetivação diz respeito a "um processo que não só assegura a subordinação do sujeito às relações de poder, mas também produz os meios através dos quais ele se transforma numa entidade autoconsciente e num agente". E completa: "Nessa perspectiva, a agência não é simplesmente um sinônimo de resistência a relações de dominação, mas também uma capacidade para a ação facultada por relações de subordinação específicas" (p. 121). A agência não tem, pois, relação direta com a ideia de emancipação, no sentido liberal do sujeito autônomo em face das limitações impostas pelo poder. Agência pode implicar tomar para si uma situação desfavorável de subordinação para, então, convertê-la na melhor situação frente as circunstâncias.

Um exemplo desta estratégia é o "contra-atacar desde a cozinha" de Silvia Federici. Este texto provoca uma inflexão na maneira como o discurso feminista moderno retratou a relação entre o público e o privado, sempre valorizando o primeiro em relação ao último, mesmo quando demandou maior visibilidade e salários para o trabalho de reprodução social realizado no espaço doméstico. A verdadeira a autonomia financeira das mulheres sempre estive vinculada a certa concepção do mundo público do trabalho. Da mesma forma, emancipação feminina foi, muitas vezes, apresentada como dependente da inserção das mulheres no mercado formal de trabalho, tendo em vista que para autoras-es socialistas o trânsito nesse ambiente

mostra-se fundamental para forjar a consciência de classe. No entanto, a partir da experiência com o movimento por assalariamento do trabalho doméstico, de que Federici é uma representante, a autora inverte essa postulação de abandono da casa, para dizer que as nossas cozinhas são trincheiras a partir das quais derrubar o patriarcado, os mercados e até, mais recentemente, o setor financeiro, como pontua o movimento argentino *Ni Una Menos* com uma das suas mais importantes insígnias: "*¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!*" (em português, algo como queremos estar vivas, livres e sem dívidas). Este é também um exemplo de como a micropolítica no cotidiano produz efeitos da ordem da manutenção da vida e da resistência, aliando-se, ademais, a uma estratégia de incidência institucional ou macropolítica. Voltarei a esse assunto na próxima seção. Para uma discussão sobre o protagonismo feminista na política contemporânea, será necessário pensar a relação entre a macropolítica, a micropolítica e a emergência de movimentos de caráter anarquista e/ou autônomos na segunda década dos anos 2000.

A questão geracional

Entre os artigos citados acima, o da Julia Paiva Zanetti, sobre jovens feministas cariocas, é o que traz com maior ênfase a discussão sobre juventude. Esta é, das características dos novíssimos movimentos sociais, a que ganhou maior destaque no debate público, tendo sido usado tanto para celebrar o despertar de uma juventude que até então era considerada apática politicamente, quanto para desqualificar as suas reivindicações e formas de luta. A esse respeito, é preciso dizer que, embora, de fato, as formas de ativismo observadas recentemente sejam compostas em sua maioria por jovens entre 16 e 30 anos, a questão geracional que se coloca não diz respeito apenas a um problema relativo faixas etárias. Muitos adultos passaram a participar da política ou resgataram o ânimo perdido com política profissional no que chamamos de novas formas de ativismo propostas pelos mais jovens. Autores que analisam o fenômeno da emergência de um ativismo juvenil no cenário global vêm consolidando um consenso a respeito do seu caráter disruptivo na comparação com gerações anteriores.[19] No Brasil, tal inflexão se dá a partir de um distanciamento do imaginário político dos mais jovens em relação ao da geração que, entre os anos 1970 e 1980, se engajou no processo de redemocratização do país, portanto, no combate à ditadura militar. No entanto, xs jovens adultos de hoje já nasceram no século XXI, e, por isso, pouco guardam da memória desses tempos sombrios. Crescendo num ambiente institucional estável, não podem ter como horizonte senão a própria radicalização da democracia. Aliás, a estabilidade e as concessões

à governabilidade, negociadas em vista do desenvolvimento econômico e da criação de empregos, tornaram-se em si mesmas um grande problema. Estreitando o horizonte político a partir de uma ideia de transformação que se limita a uma modificação na economia, os populismos progressistas latino-americanos deixaram de dar conta das novas subjetividades emergentes e expressas pelos grupos minoritários que reorganizam o ativismo na região.[20]

6. O feminismo na política

Esse *paper* começou a ser pensado a partir de um diagnóstico compartilhado sobre o protagonismo do feminismo na política contemporânea. Sendo a maior presença do feminismo no debate público uma novidade em si mesma, essa onda também produziu novas discussões, demandas, repertórios de luta e organização, desafiando o fazer político herdado do processo de democratização da década de 1980 e ultrapassando certos modelos de luta social do passado. Pensar sobre essa novidade ganha relevância num quadro político de retrocesso democrático, o qual a chamada velha política não tem sido capaz reverter. Com a recente vitória e crescimento eleitoral dos neoconservadores brasileiros, a política a se viu pressionada pelo fechamento institucional à participação e pela criminalização da luta social. Tal situação tornou a conjuntura ainda mais complexa. Pois, a resposta popular à crise da democracia falhou em se dirigir para o aprofundamento democrático. Ao mesmo tempo, os partidos de esquerda não estavam preparados para oferecer essa solução. Ao contrário, o discurso marcado em favor da meritocracia e da antipolítica durante as eleições de 2018 definiu uma aposta perversa na técnica. Essa aposta acabou consubstanciada numa simulação, algo cômica, de um governo de elite encarnado por um bronco obtuso no intelecto. Assim, não só a crise da democracia não rendeu uma radicalização dos processos democráticos, como o que eu chamei de um protagonismo feminista na política contemporânea foi seguido pela reação de todos aqueles e *aquelas* que se sentiram ameaçados pelas ideias desse movimento. Ancorados no tradicionalismo, viram no atraso um amparo subjetivo e existencial, encontrando na política partidária homens brancos ressentidos e preocupados com a manutenção da sua autoridade na casa, portanto, na micropolítica, antes que na macropolítica. Não havendo, a seu ver, quem legislasse por eles no plano institucional, viram-se impelidos a engajar-se nessa dimensão do controle da vida e dos nossos corpos. As forças de esquerda não estiveram em posição de conter tal retrocesso porque o classismo não foi, e ainda não é, capaz de se deixar afetar pelas minorias da mesma maneira como as minorias aprenderam a incorporar a perspectiva de classe nas suas lutas.

Nessa seção, o objetivo é explorar, a modo de uma cardiografia, a relação entre o feminismo como movimento social amplo e a política institucional e burocrática. O objetivo é entender o que a emergência de formas de organização anarquistas e/ou autônomas após a crise financeira de 2008 pode nos

dizer sobre essa relação e o que ela nos oferece no sentido da produção de saídas para um mundo em escombros. A hipótese é que o ressurgimento das discussões sobre a necessidade de uma ação política por fora das instituições e das grandes organizações sociais se somou ao investimento neoconservador sobre o controle dos corpos para fazer da micropolítica um espaço primordial da política. Além disso, sendo a micropolítica a dimensão do encontro, ela tornou possível a instauração de uma política dos afetos e da escuta, contrapondo, assim, de alguma forma, o que a macropolítica relegou ao plano do inaudível. Isso significa que no trânsito entre macro e micropolítica pode existir um efeito positivo de oxigenação, ou seja, de renovação, tanto das forças políticas quanto das demandas sociais. Antes de apostar na dicotomia micro/macro, valeria, portanto, pensar uma dupla constituição entre essas esferas contra a política de insulamento burocrático que vigorou em nosso país ao longo dos últimos quase quarenta anos. É dessa maneira que interpreto a explosão do #ForaCunha em 2015. Àquela data, 2013 já havia acontecido, ativando um processo molecular de transformação. Então, dois anos depois das grandes mobilizações sociais que colocaram o Brasil no mapa de um novo ciclo de lutas global, corrupção e direito ao aborto se entrelaçaram para produzir o amadurecimento de um modo de fazer, um novo início para um novo modelo de ação política.

Uma maneira de contar essa história é a seguinte: Preocupados com a garantia de direitos para as mulheres, a partir da década de 1990, alguns setores do feminismo se aproximaram do estado, profissionalizando-se para a disputa política e na política burocrática. A crítica a esta forma de atuação é conhecida. Alega-se que daí teria resultado o afastamento dos movimentos em relação à sociedade, ou seja, estas entidades teriam perdido contato com as urgências da vida cotidiana ao constituírem uma agenda própria e pragmática em termos de uma ação possível dentro de um quadro de governabilidade. Pensando o caso brasileiro, é justo dizer que esse processo acompanhou o governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), quando, de fato, vivemos uma maior abertura à participação social. Neste contexto, testemunhamos a incorporação de movimentos e lideranças em posições da burocracia estatal. No entanto, por mais que tal diálogo seja importante, o estado não é, nem nunca foi, a única saída para a luta feminista por justiça social. Os novíssimos movimentos retomaram esse princípio. Conforme tentei explicar anteriormente, fatores de ordem política, econômica, social e cultural explicam a recusa do estado pelos novíssimos movimentos sociais: a crise da democracia liberal e representativa; a crise econômica e o seu impacto particularmente agudo para a juventude e, neste grupo, para jovens mulheres; a transição geracional (e demográfica); o surgimento de novas

tecnologias e dispositivos de comunicação, cujo impacto não se restringe ao uso doméstico, alcançando também o horizonte político democrático, o mercado de trabalho e as interações sociais entre humanos e não humanos; bem como o conservadorismo, que tomou a forma de um ataque frontal contra as mulheres. Ironicamente, o esgotamento das opções à esquerda contrastava com a vontade popular de política. E, assim, o feminismo foi um movimento, junto aos coletivos de negros e negras, que se mostrou capaz de canalizar essa insatisfação.

Além de ganhar novos espaços na agenda política, a introdução do feminismo em agendas variadas refletiu o processo de diferenciação dentro do feminismo. Ao acolher a diferença, ainda que de modo controverso, o feminismo conseguiu se deslocar de uma posição reativa no que tange à ordem macropolítica, constituindo para si um lugar mais propositivo. Nesse processo de intensa capilarização, um feminismo autônomo que optou por fugir do enquadramento militante do trabalho e da classe – sem, no entanto, desconsiderar as assimetrias de poder econômico e a sua configuração na sociedade brasileira contemporânea – ganhou lugar como uma força capaz de aglutinar demandas minoritárias plurais. Tudo isso, porém, só foi possível porque o feminismo passou novamente a uma organização que se articula de baixo para cima, encarnando as experiências singulares das mulheres na sua multiplicidade e encorpando-se num impulso de radicalização. A esta altura do texto, vale reiterar, quando menciono o feminismo (no singular), já não aludo apenas às organizações feministas, mas também à atuação cotidiana e à convicção de todas aquelas e aqueles que aderem a esta luta, autoidentificando-se como feministas ou aliados. Os arranjos feministas (núcleos, coletivos, frentes, organizações, etc) que seguiram a linha de uma atuação micropolítica têm, a meu ver, crescido, enquanto movimentos mais tradicionais não resistem com tanto sucesso às transformações da sociedade brasileira. Reconheço, contudo, que a relação entre essas diferentes formas de ativismo não precisa ser excludente. Por outro lado, ela também não é pacífica. E, como feministas, seguimos sem saber lidar de forma produtiva com o conflito provocado pela diferença que desafia a perspectiva socialista de unidade. Não obstante todo o processo de diferenciação que descrevi aqui, há feminismos que, partindo da rigidez da tradição sindical, insistem em condicionar a luta social ao ordenamento e à homogeneidade de propósitos, além de à obediência.

Para concluir, uma última palavra sobre a micropolítica ou sobre como a vida se tornou o eixo da luta social. Conforme disse anteriormente, a análise da luta social contemporânea engloba uma discussão sobre o anarquismo e o autonomismo que havia sido deixada de lado no contexto dos governos

progressistas latino-americanos, incluindo, obviamente, o brasileiro. Apresentei essa discussão por diversos ângulos ao longo deste *paper*. De um lado, busquei chamar a atenção para o caráter múltiplo da opressão, que não se define apenas pelos parâmetros institucionais, isto é, pelo o que a lei determina (ou não) como direitos da mulher. Mulheres diferentes, localizadas diferentemente na estrutura social, sentem, reagem e elaboram soluções próprias para aquilo que cada uma interpreta como opressão. Mais uma vez, repito, não quero, com isso, introduzir um argumento niilista, isto é, um perspectivismo radical que levaria à impossibilidade da comunicação e da ação coletiva. Não se trata disso. Mas de compreender o simbólico e o singular numa relação estrutural dada. Embora compartilhemos um guarda-chuva político, econômico, social e cultural, cada um de nós significa no íntimo os acontecimentos que atravessam a vida. Nesse sentido, o que chamei de um processo de diferenciação no interior do feminismo fala, justamente, da necessidade em reconhecer a diferença sob o risco de se produzir novas exclusões. De outro lado, apontei para a convergência entre neoliberalismo e conservadorismo no que se refere a um investimento de controle sobre os corpos das mulheres ou femininos, em geral. Este é o ponto que gostaria de desenvolver um pouco mais.

No livro *Razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*, Verónica Gago argumenta que embora os progressismos latino-americanos acreditassem ter derrotado o neoliberalismo a partir do ciclo eleitoral que elegeu partidos de centro-esquerda na região, o enraizamento de uma mentalidade neoliberal podia ser observado no âmbito da cultura popular. Gago argumenta que a força, ou a vitalidade, com que a mentalidade neoliberal ia constituindo as práticas populares não se desenvolvia a despeito das políticas sociais implementadas por esses governos, mas se estabelecia em estreita relação com elas. Mais ainda, e de maneira controversa, a adesão popular ao neoliberalismo, com a sua operação no cotidiano de áreas periféricas, nem sempre redundava no tipo de miserabilidade que nos acostumamos a imputar ao neoliberalismo desde a esquerda. Consequências perversas desse processo, podem, claro, ser levantadas, como é o caso do acirramento de processos de endividamento em economias crescentemente financeirizadas, mas, de modo geral, a inclusão de indivíduos e famílias no mercado neoliberal, formal ou informal, legal ou ilegal, representou para esses setores uma estratégia de vida e sobrevivência positivamente significada. O caso do empreendedorismo é emblemático. A menção à resiliência neoliberal nos termos colocados por Gago tornou-se comum após o surpreendente sucesso eleitoral dos neoconservadores em várias partes do mundo. A autora explica que a dificuldade para localizar tais processos se relaciona a uma concepção

de poder e de política que conduziu para uma leitura estreita do neoliberalismo como a política econômica dos países ricos e dos organismos internacionais contra os países pobres. Assim, ao restringir o poder e a política ao plano institucional, o mundo da vida seguiu desapercebido, sendo capturado pelo neoconservadorismo.

Por isso, o protagonismo feminista na política contemporânea diz da necessidade de reposicionarmos à vida como eixo central da política e da luta social. A emergência das minorias, nas suas formas identitárias distintas, apresenta o problema da sobrevivência, da dignidade às vidas consideradas abjetas e da atenção (conjugada à estética) como recurso de visibilidade e condição para o pleno reconhecimento da autonomia política de um grupo, aí incluindo a garantia e a criação de direitos que xs contemplem. Já sabemos que o investimento do neoliberalismo sobre a vida não é ingênuo, fazendo parte do processo de atualização das suas formas de acumulação e exploração. Daí que, ao analisar a novidade das lutas ocorridas na segunda década do século XX, fazemos referência ao autonomismo, suas práticas e repertórios misturados às novas tecnologias da comunicação ao mesmo tempo que à captura que deles faz neoliberalismo. Como um algoritmo, esse neoliberalismo contemporâneo aprende com os nossos modos de fazer, se apropria deles oferendo benefícios e facilidades, mas também os perverte e os adapta para a produção de valor. O ativismo precisa aprender a operar numa dinâmica frouxa de adoção/adaptação. Felizmente, longe de ser algo extemporâneo, esta pode ser vista como uma prática de todas e todos que vivem na margem ou na precariedade, pois estxs estão a todo tempo adotando e adaptando as oportunidades (ou a falta delas) para existir e resistir. A aproximação com esse tipo de sentimento e experiência é o que constitui o caráter subversivo dos novos movimentos. Porque disto deriva o confronto interno e coletivo com os preconceitos que, na civilização industrial burguesa, constituem nossa subjetividade e imaginário político e social.

Notas

1. Citação retirada de Federici, Silvia. "Contraatacando desde la cocina". Em: _____. Revolución en punto cero: Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Colección nociones comunes. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018, p. 52.

2. Ver: Bairros, Luiza. "Nossos Feminismos Revisitados". *Revista Estudos Feministas*, n. 2, 1995, pp.458-463.

3. Sobre o conceito de "colonialidade", ver: Quijano, Aníbal; Danilo Assis Clímaco (Org). Cuestiones y Horizontes: De la dependência histórico-estrutural a la colonialidad/decolonialidad del poder. Buenos Aires: Clacso, 2014; Segato, Rita Laura. "Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Em: *e-cadernos ces* [on-line], n.18, 2012. URL: http://journals.openedition.org/eces/1533.

4. Sobre interseccionalidade, consultar: Cho, Sumi; Crenshaw, Kimberlé Williams; Source, Leslie McCall. "Toward a field of intersectionalitity studies: theory, applications and praxis". Signs, vol. 38, n. 4. Intersectionality: theorizing power, empowering theory, 2013, pp.785-810; Moutinho, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. Cadernos Pagu (42), 2014, pp.201-248; Kerner, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. Novos estudos CEBRAP, 93, São Paulo, 2012, p. 45-58.

5. Cf. Zanetti, Julia Paiva. "Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais". Cadernos Pagu, n. 36, janeiro-junho de 2011, pp. 47-75.

6. Cf. Melo, Érica Isabel de. "O feminismo não morreu – as riot grrrls em São Paulo." Revista Ártemis, vol. XV, n.1, jan-jul 2013, pp. 161-178.

7. Adotei a escrita de "estado" com letras minúsculas para marcar a imbricação entre economia e política no âmbito do que Michel Foucault nos provoca a pensar com a ideia de *governamentalidade*, uma lógica ou arte de governar moderna que tem na economia o seu sentido último e que se aprofunda com o neoliberalismo.

8. Pensar um ativismo autônomo não é a mesma coisa que uma militância solitária ou que uma tomada de decisões de cunho voluntarista como muitas vezes se nos quer fazer crer. O autonomismo remete a uma filosofia e a uma prática que se recusou a disputar o estado tal como o fizeram historicamente as correntes socialistas que serviram de modelo para a constituição dos partidos social-democratas em todo o mundo. Na década de 1990, a noção de autonomismo passa a estar associada ao movimento altermundialista impulsionado pelo zapatismo mexicano.

9. Alguns casos interessantes apresentados por Érica I. de Melo são as discussões sobre padrões de beleza, educação sexista e a violência física e psicológica dentro dos relacionamentos amorosos, que, segundo explica a autora, passa por um processo de desconstrução a fim de de-limitar a sua operação nos relacionamentos heteronormativos. Assim, afirma-se, deve-se cuidar para que nos relacionamentos homoeróticos esses padrões de violência não se instalem. Cito: "A oficina *Consenso Sexual para Jovens Lésbicas*, outra atividade *riot grrrl* que aborda violência, é reveladora ao trazer à tona que a violência doméstica não é exclusiva dos casais heterossexuais, que pode ocorrer também em relacionamentos afetivos entre duas mulheres. Trata-se de um viés que, ao colocar a mulher também no papel de agressora, se contrapõe ao tradicional discurso feminista que trata a questão em termos de vítima/opressor – mulher/homem. Essa oficina causou tamanho impacto dentro do feminismo em geral, que as garotas que a realizam foram convidadas para ministra-la no *10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe*, em outubro de 2005. Também ganhou o *Prêmio Cidadania em Respeito à*

Diversidade, na categoria Inovação, da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT SP), em 2006" (p.168-169).

10. Nas eleições brasileiras de 2018, a ferramenta para a divulgação de eventos no Facebook, ganhou nova utilidade. Sem pretender fazer uma convocação para um evento na rua, eles foram usados para criar uma "onda" ou um "buzz" na própria internet. Centenas de eventos "contra o fascismo", "contra o coiso", "contra o Bolsonaro" foram criados com mesmo horário e data, o dia das eleições. O efeito de "flodar" ou "inundar" a linha do tempo dessa plataforma foi o de transmitir a sensação de uma resistência crescente contra o candidato da extrema-direita brasileira à Presidência da República e animar a militância.

11. Cf. O'Neil, Catherine. *Weapons of Math Destruction: How big data increases inequality and threatens democracy*. New York: Crown Publishers, 2016.

12. Cf. Haraway, Donna. Manifiesto para cyborgs: Ciencia, tecnología y feminismo socialista a finales del siglo XX. Mar del Plata: Letras Sudaca Ediciones, 2018.

13. A autora faz referência à GRANT, Judith. Fundamental feminism: Contesting the core concepts of feminist theory. New York: Routledge, 1991.

14. Para aprofundar leituras sobre o tema da diferença ver: Lorde, Audre. "Difference and Survival" (An Adress at Hunter College). In: Byrd, Rodolph; Cole, J. B; Guy-SHeftall, B (Ed.). *I am your sister: Collected and unpublished writings of Audre Lorde.* Transgressing Boundaries: Studies in Black Politics and Black Commnities, Oxford, New York: Oxford University Press, pp.201-204.

15. Silvia Rivero Cusicanqui apresenta o conceito de "abigarrado" para falar de uma convivência a partir da diferença. Para saber mais, ver: *Um mundo ch'ixi es posible: Ensayos desde um presente em crisis*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

16. Cf. hooks, bell. *El feminismo es para todo el mundo*. Colección Mapas, n.47, Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.

17. Ver: Silva, Denise Ferreira da. "Sobre a diferenca sem separabilidade". Texto escrito para a *Bienal de Sao Paulo* em 2016, URL: https://issuu.com/amilcarpacker/docs/denise_ferreira_da_silva_; e _____. *Toward a global idea of justice*. Borderline, n. 27, Mineapolis, London: University of Mineapolis Press, 2007.

18. Cf. Rolnik, Suely. Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

19. Sobre a onda global de protestos no Brasil e a questão geracional após 2010, ver: Bringel, Breno. 2013-2016: Polarização e protestos no Brasil. Open Society, fevereiro 2016. URL: https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/breno-bringel/2013-2016-polariza-o-e-protestos-e-no-brasil; e Nunes, Rodrigo. Geração, Acontecimento, Perspectiva: Pensar a mudança a partir do Brasil. Nueva Sociedad, Buenos Aires, dezembro 2014, pp. 14-26.

20. Sobre o Brasil, ver: Roque, Tatiana. "Subjetividade no ponto cego da esquerda: crise do trabalho e do bem-estar". *Revista Fevereiro*, fevereiro 2017. URL: https://www.revistafevereiro.com/pdf/10/5.pdf

21. O termo é inspirado na formulação de Álvaro Garcia Linera no livro: *Potência Plebeia – Ação Coletiva e Identidades Indígenas, Operárias e Populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

22. Cf. Gago, Verónica. A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Elefante, 2018.

23. Cf. Foucault, Michel. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

24. Cf. Brown, Wendy. "American nightmare: neoliberalism, neoconservatism, and de-democratization." Sage Publications, Inc. Political Theory, Vol. 34, No. 6 (Dec. 2006), pp. 690-714; _____. Tocqueville 21; Who is not a neoliberal today? center for critical democracy studies, January 2018. URL: https://tocqueville21.com/interviews/wendy-brown-not-neoliberal-today/

O que há de novo nos novos feminismos?
Uma cardio-carto-grafia dos arranjos feministas atuais
Tatiana Oliveira

Fundação Heinrich Böll Brasil
Rua da Glória, 190 – 7° andar
Glória – Rio de Janeiro/RJ
20241-180

Tel.: 55 21 3221 9900 https://twitter.com/HBSbrasil | https://www.facebook.com/bollbrasil
info@br.boell.org | www.br.boell.org

Heinrich Böll Stiftung
Schumannstraße 8, 10117 Berlin
+49 30 285 34 0
info@boell.de | www.boell.de